

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.127 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2000



**CAE REALIZOU
VÁRIAS AUDIÊNCIAS
PÚBLICAS**

Ney Suassuna

PÁGINA 5



**LEI TRABALHISTA
MOBILIZOU OS
MEMBROS DA CAS**

Osmar Dias

PÁGINA 9



**CCJ APROVOU
FUNDO CONTRA
POBREZA**

José Agripino

PÁGINA 8



**ORÇAMENTO
FEZ MUDANÇAS
NA LDO**

Gilberto Mestrinho

PÁGINA 6

Temas sociais marcam atividades do semestre

O fundo contra a pobreza e a garantia do direito à moradia foram algumas das propostas acolhidas pelos senadores de fevereiro a junho deste ano. Nesse período, o Plenário do Senado aprovou oito emendas constitucionais e 193 projetos



**Questões orçamentárias
predominaram nas
votações do Congresso**

PÁGINA 4

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO

DE 15 DE FEVEREIRO A 30 DE JUNHO DE 2000

• MATÉRIAS APROVADAS	302
• Emendas à Constituição aprovadas	8
• Projetos aprovados e enviados à sanção	27
• Projetos aprovados e enviados à Câmara	50
• Projetos aprovados e enviados à promulgação	193
• Concessões de telecomunicações	135
• Operações de crédito	47
• Acordos internacionais	10
• Cassação de mandato	1
• Escolha de chefe de missão diplomática	14
• Escolha de autoridade	10
• MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	38
• Matérias declaradas prejudicadas	12
• Matérias arquivadas	6
• Matérias rejeitadas	15
• Matérias retiradas pelo autor	5
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	340

As preocupações sociais foram a tônica das atividades do Senado entre fevereiro e junho deste ano. Foram aprovados oito emendas constitucionais e 193 projetos. A maioria das emendas tem forte conteúdo social. Tratam de temas como a criação do fundo contra a pobreza, o acesso à moradia ou a garantia de recursos para saúde e para irrigação nas regiões mais pobres do país. Outra matéria importante aprovada foi a Lei de Responsabilidade Fiscal, que pretende assegurar austeridade na gestão pública.

O presidente Antonio Carlos Magalhães (foto) anunciou que haverá “esforço concentrado” para votação entre os meses de agosto e setembro.



LÍDERES FAZEM BALANÇO POSITIVO DAS ATIVIDADES

PÁGINAS 10 A 12

PÁGINAS 3 E 7



**USO DE ARMAS FOI
O PRINCIPAL
ASSUNTO NA CRE**

José Sarney

PÁGINA 9



**CE APRECIOU
195 MATÉRIAS
ATÉ JUNHO**

Freitas Neto

PÁGINA 7



**CI APUROU
VAZAMENTO DE
ÓLEO NO RIO**

Emilia Fernandes

PÁGINA 7



**CFC DISCUTIU
A CRIAÇÃO
DA AMBEV**

Romero Jucá

PÁGINA 9

Senado e sociedade ampliam interação, diz diretor-geral

Como instituição pública mais visitada em Brasília, a Casa recebe acima de 50 mil pessoas todos os anos. Beleza arquitetônica, acervo histórico e a promoção do processo legislativo concorrem para isso, conforme Agaciel da Silva Maia



Visitado por mais de 50 mil pessoas todos os anos, o Senado Federal vem experimentando uma interação cada vez maior com a sociedade brasileira. Na avaliação do diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia, três aspectos concorrem para tornar o Senado a instituição pública mais visitada em Brasília: a beleza arquitetônica, o importante acervo de peças e



Agaciel da Silva Maia destaca a exposição *Brasil 500 Anos*, que está recebendo público recorde

documentos da história política nacional e a promoção do processo legislativo brasileiro.

O estreitamento de laços entre o Senado e a sociedade pode ser constatado nos resultados obtidos pela exposição *Brasil 500 Anos*, aberta até o dia 31 de julho no Salão Negro do Congresso, e que deve bater o recorde de 40 mil visitantes. "Esse evento representou uma grande avanço na visitação

pública, tornando este semestre o mais produtivo dos últimos quatro anos", atestou Agaciel.

A disseminação do funcionamento do Senado também deve ser creditada, segundo o diretor-geral, à estrutura de comunicação da Casa. Essa divulgação vai ser reforçada, no próximo semestre, com a captação do sinal da TV Senado por mais de seis milhões de antenas parabólicas espalhadas pelo país. Sua chegada a todos os recantos do território nacional deve ocorrer até o final do ano, quando as imagens da emissora serão veiculadas em sinal aberto.

De acordo com Agaciel Maia, a divulgação das atividades legisla-

tivas não é o único foco de atenção do Senado. "Também estamos preocupados em ampliar e melhorar nosso banco de dados, por entender que a informação é a matéria-prima do trabalho parlamentar", adiantou. É nessa perspectiva que a instituição firmou convênio com o Congresso americano para disponibilizar, em meio magnético, a legislação de 26 países. Outra proposta é permitir o acesso dos senadores aos principais acontecimentos sociopolítico-econômicos publicados pela imprensa nacional nos últimos 50 anos.

TV e Universidade do Legislativo vão revolucionar treinamento de servidores

Uma parceria entre a TV Senado e a Universidade do Legislativo, projeto do Senado Federal em andamento, deve revolucionar o processo de treinamento e capacitação do servidor público no país. A expectativa é do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, que prevê para agosto o início de aulas e palestras televisivas, transmitidas para todo o Brasil, sobre os principais temas da administração pública.

Segundo Agaciel, gestores e servidores municipais compõem o público-alvo da iniciativa, montada a partir das demandas prioritárias levantadas junto a associações das câmaras municipais do país. Os programas vão seguir o estilo de teleconferência e já têm alguns temas selecionados, como processo licitatório, elaboração de proposta e acompanhamento de execução orçamentária.

Além de disseminar os procedimentos necessários ao cumprimento da legislação e dos precei-

tos administrativos, a união entre a Universidade do Legislativo e a TV Senado guarda o mérito, segundo Agaciel, de informar os agentes públicos dos mais distantes pontos do país de forma rápida, com economia de tempo e deslocamento. "Os esforços do Senado para modernizar sua estrutura são diretamente proporcionais a sua inserção na sociedade", assinalou.

Ainda de acordo com o diretor-geral do Senado, a Universidade do Legislativo pretende diversificar suas frentes de atuação. Seus planos educacionais incluem a promoção de cursos de treinamento, capacitação e reciclagem de servidores dos legislativos federal, estaduais e municipais, bem como cursos de formação em Ciência Política voltados para o quadro de legisladores. Outra novidade é a promoção de um curso regular de graduação a distância, por meio da Internet, voltado para o pessoal dos estados.

Secretário-geral da Mesa destaca resultados do trabalho para a população

"Nunca trabalhamos tanto como nesse semestre." A afirmação é do secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, único funcionário do Senado autorizado pelo presidente da Casa a participar da sessão que resultou na cassação do mandato do senador Luiz Estevão.

Definindo como estafante e penoso o trabalho de uma secretaria que constitui a alma do Senado, visto que dali saem todas as soluções de técnica legislativa para o que decidem os senadores, Carreiro diz que nada seria feito sem a diligência e eficiência da Secretaria de Editoração e Publicação da Casa.

Como exemplo, ele apontou as 3.114 páginas do *Diário do Senado* que reproduziram o processo contra Luiz Estevão e que estavam nas mãos de cada senador antes da votação. Testemunha de tudo que aconteceu no Plenário até a cassação, Carreiro redigiu a ata que afinal foi assinada pela Mesa do Senado.

Não foi a primeira vez que ele trabalhou numa missão delicada.



Carreiro: nunca houve tanto trabalho como no primeiro semestre deste ano

No processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, Carreiro atuou como escrivão substituto, pois já assessorava a Mesa. No processo contra o ex-senador Ronaldo Araújo, ele foi o secretário da comissão processante.

Carreiro diz que a importância do trabalho legislativo não se resume a isso, pois a sociedade tem inúmeros resultados a contabilizar

com a atuação do Senado. Ele exemplificou narrando que, por decisão do senador Antonio Carlos Magalhães, oficiou a todas as autoridades cobrando resultados de providências recomendadas pelas comissões parlamentares de inquérito.

Em razão do resultado da CPI dos Precatórios, o Ministério da Fazenda comunicou que a Receita Federal autuou 56 pessoas jurídicas e 68 pessoas físicas. E em consequência do pagamento de impostos devidos por essas pessoas, o Tesouro Nacional recebeu R\$ 2,5 bilhões. "Isso é um enorme ganho para a sociedade", afirmou Carreiro.

Os trabalhos desse semestre tiveram enorme repercussão na sociedade, afirma Carreiro, para quem os funcionários da Casa têm dado o melhor dos seus esforços para atender às exigências do trabalho legislativo. "Sem um eficiente suporte para atender a essas demandas, como sairiam decisões tão significativas para o país?", indagou ele.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

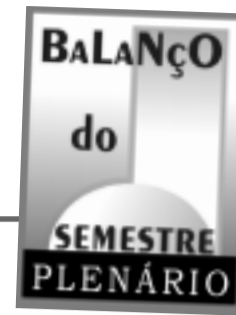
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

O FUNDO CONTRA A POBREZA E A INCLUSÃO DO ACESSO À MORADIA ENTRE OS DIREITOS CONSTITUCIONAIS SÃO ALGUMAS DAS EMENDAS APROVADAS NO PRIMEIRO SEMESTRE



Senadores aprovaram oito emendas e 193 projetos



O Plenário do Senado também aprovou a Desvinculação das Receitas da União (DRU), além de novas regras para o pagamento de precatórios

Os trabalhos do Plenário do Senado no semestre encerrado sexta-feira foram marcados pela aprovação de oito emendas constitucionais e de 193 projetos, já enviados a promulgação. Foram 135 concessões de rádio e TV, 47 operações de crédito, dez acordos internacionais, 14 escolhas de chefes de missão diplomática e outras dez indicações de autoridades. Para a Câmara dos Depu-

tados, foram enviados 50 projetos, enquanto outros 27 foram aprovados e enviados a sanção.

Entre as emendas constitucionais, foi aprovada e enviada a promulgação a proposta do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que garante o direito à habitação. Os senadores também votaram a favor da criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Proposto originariamente pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ele proporcionará ao governo cerca de R\$ 4 bilhões anuais para aplicar em programas que viabilizem aos brasileiros de baixa renda acesso a níveis dignos de subsistência.

Também teve aprovação emenda do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que redefine as condi-

ções que caracterizam a nacionalidade. Com a mudança, fica claro que são também brasileiros os nascidos no estrangeiro, filhos de pai ou mãe brasileira, desde que registrados em repartição consular competente ou no retorno ao Brasil.

Outra importante votação ocorreu semana passada. Com 52 votos favoráveis, o Plenário deliberou pela cassação do senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Pela primeira vez em sua história, o Senado cassou um de seus integrantes por comportamento incompatível com o decoro parlamentar. Para Antonio Carlos Magalhães, foi um exemplo especialmente para o Judiciário, alvo da CPI cujas investigações levaram ao encerramento do mandato do senador brasileiro.

Legislativos municipais passaram a ter restrições para pagamento de pessoal

Logo no começo do ano, o Senado aprovou emenda constitucional condicionando os gastos dos legislativos municipais ao número de habitantes de cada município. Foi decidido que o legislativo municipal não poderá comprometer mais de 70% dos recursos a ele destinados com a folha de pagamento. Foi também aprovada emenda constitucional que institui a Desvinculação das Receitas da União (DRU). A medida substituiu o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), criado em 1994, e desvincula de qualquer despesa previamente fixada 20% da arrecadação de todos os impostos e contribuições recebidos pela União, exceto a contribuição social do salário-educação. Também foi aprovada proposta de emenda constitucional permitindo o parcelamento do pagamento de precatórios – as somas devidas pelo poder público em decorrência de

sentenças judiciais – em até dez anos. A nova disciplina consiste na permissão de parcelamento, em até dez anos, dos débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999. Neste semestre, o Senado votou a favor da garantia mínima de recursos para financiar os serviços de saúde. Alterou seis artigos da Constituição para permitir a vinculação de recursos orçamentários para o setor, definindo percentuais de impostos para o seu financiamento. Em benefício do Nordeste e do Centro-Oeste, foi aprovada proposta de emenda constitucional que prorroga por dez anos a aplicação, nessas regiões, de percentuais mínimos dos recursos destinados pela União à irrigação. O objetivo da emenda foi garantir que o Nordeste continue, por mais dez anos, com 50% desses recursos, ficando o Centro-Oeste com 20%.

Mudança no estatuto dá mais proteção a crianças e adolescentes

Os senadores promoveram duas mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente. A primeira delas, para punir com quatro a dez anos de reclusão quem submeter menor a prostituição. E a segunda modificação, para condicionar o depoimento de crianças e adolescentes em delegacias à presença de um advogado.

Foi aprovado projeto autorizando os estados e o Distrito Federal a instituir pisos salariais diferenciados. Os governadores poderão fixar um piso salarial acima do piso federal, atualmente de R\$ 151. Outro projeto criou a Agência Nacional de Águas (ANA), autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

O Senado criou também o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), destinado a defender a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos. E introduziu no Código Penal as condutas que tipificam crimes contra a Previdência Social. Está, entre esses novos delitos, a apropriação indébita de contribuições.

Foi alterada a Lei Kandir para estabelecer um “seguro-receita” em

favor dos estados e municípios que têm sua base econômica fortemente destinada à exportação. Foi entendido que essas unidades da Federação foram prejudicadas com a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos produtos destinados ao mercado externo.

O Plenário decidiu sujeitar as antecipações de receitas de *royalties* relativas à exploração de petróleo e gás natural, recursos hídricos e minerais apenas ao período em que o governante estiver exercendo seu mandato. Também aprovou projeto que prorroga o prazo de transição entre o regime de monopólio e o de livre mercado na comercialização do petróleo.

Foi aprovado projeto, de iniciativa do governo, enquadrando os servidores públicos nas normas da CLT, exceto os atuais funcionários e os ocupantes das carreiras típicas de Estado. O objetivo da mudança é flexibilizar as relações de emprego no âmbito do Estado. O Plenário aprovou também a Lei de Responsabilidade Fiscal, novo regime disciplinar instituído para controlar o endividamento e a despesa, além de coibir desvios na ad-

ministração pública.

Proposto pela CPI dos Bancos, foi acatado projeto determinando que a atuação do Banco Central no mercado financeiro se dará exclusivamente por meio de *dealers*, as instituições responsáveis pela compra e venda de dólares junto a terceiros.

Dois projetos elaborados pelo Superior Tribunal de Justiça também foram aprovados para reestruturar os Tribunais Regionais Federais das cinco regiões. Os dois textos ampliaram o número de juízes dessas cortes. No âmbito do Judiciário, foi aprovada também lei definindo os crimes de responsabilidade dos magistrados e as sanções aplicáveis a quem enriquecer ilícitamente no exercício do cargo.

Foi ainda instituído o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (Fust), a ser formado, entre outros recursos, com 1% da receita operacional bruta das empresas telefônicas. O Senado aprovou também projeto que faculta à sociedade acesso às informações relacionadas com a gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos municípios, estados e União.



BALANÇO REALIZADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO MOSTRA QUE A MAIORIA DOS PROJETOS APRECIADOS PELO CONGRESSO NACIONAL REFERE-SE A MATÉRIA ORÇAMENTÁRIA

Congresso votou 21 matérias no primeiro semestre

De um total de 21 matérias apreciadas pelo Congresso Nacional no período de 15 de fevereiro a 30 de junho deste ano, conforme balanço realizado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado, 17 trataram de matéria orçamentária, com destaque para o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para o período de 2000 a 2003. Aprovado na forma de substitutivo em meados de junho, o PPA detalha os investimentos federais em programas que orientam a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Das 21 matérias apreciadas, 11 foram promulgadas pelo Poder Legislativo e dez submetidas à sanção presidencial.

As diretrizes em relação à proposta do Executivo para o Orçamento Geral da União de 2001, a ser enviada ao Congresso no final de agosto, foram também apreciadas a tempo pela Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização e pelo Plenário do Congresso, o que permitiu que o recesso parlamentar tivesse início em 1º de julho.

Nas restantes matérias orçamentárias, o Congresso autorizou o Executivo a abrir créditos suplementares (quatro) e a executar programas (dez) com dotações alocadas no Orçamento de 2000, a maioria deles para obras de infra-estrutura. Entre as obras destacam-se a construção de trechos e de anel rodoviário no Corredor Fronteira Norte (BR-364, no Acre), de trechos rodoviários no Corredor Sudoeste (BR-070, em Cáceres, Mato Grosso) e de trechos rodoviários no Corredor Leste (BR-040, em Minas Gerais). Foram também autorizadas a construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no açude de Jenipapo, no Piauí, e a implantação do sistema de trens urbanos de Recife (PE).

Entre os três projetos de lei de conversão elaborados pelo Congresso, foi aprovado no final de março o Programa de Recuperação Fiscal (Refis). Instituído por medida provisória de outubro de 1999, o Refis permitiu que empresas devedoras de impostos e contribuições à Secretaria da Receita Federal (SRF) e ao Instituto Nacio-

nal do Seguro Social (INSS) escalonassem o pagamento dos débitos acumulados.

Um único projeto de resolução foi promulgado pela Mesa do Congresso, definindo normas sobre a participação das bancadas minoritárias na composição das comissões mistas do Congresso, formadas para apreciar medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo.

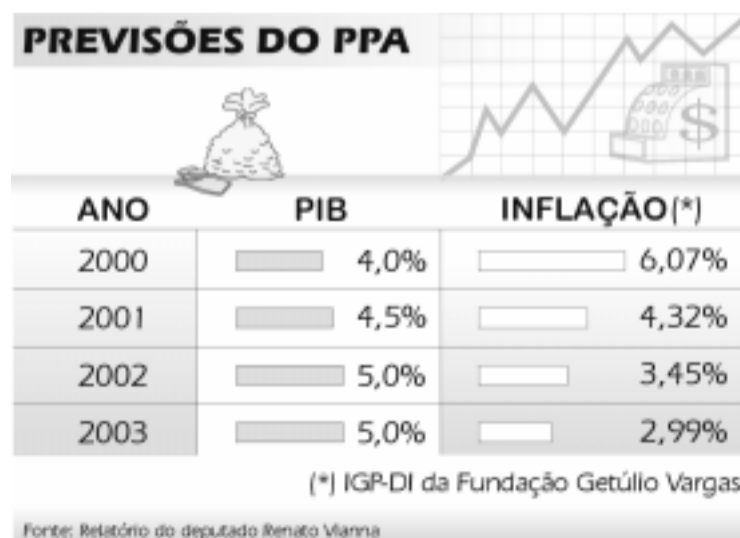
O Congresso Nacional também autorizou o Executivo a abrir créditos suplementares especialmente para obras de infra-estrutura em rodovias federais



PPA prioriza investimentos em infra-estrutura

O Plano Plurianual (PPA) para o período 2000-2003, aprovado pelo Congresso Nacional no semestre que passou, beneficia principalmente as áreas de infra-estrutura, irrigação, meio ambiente, esportes e turismo. Esses setores receberão boa parte dos R\$ 21,78 bilhões acrescentados pelos parlamentares ao valor inicialmente estipulado pelo governo para os próximos três anos e meio.

O projeto original do PPA – que orientará a elaboração dos orçamentos anuais até 2003, primeiro ano do mandato do futuro presidente da República – prevê gastos de R\$ 1,113 trilhão. O substitutivo aprovado, elaborado pelo deputado Renato Vianna (PMDB-SC), estabelece a quantia de R\$ 1,135 trilhão. O relator propôs o aumento de dotação para obras de infra-estrutura que compõem os principais eixos de desenvolvimento definidos pelo



Plano Plurianual.

Entre os objetivos do PPA para os próximos três anos, o relator cita a criação de um ambiente favorável ao crescimento sustentado, o saneamento das finanças públicas, a modernização da infra-estrutura, a oferta de ensino de qualidade para todos e o acesso

assegurado aos serviços de saúde. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) previsto pelo plano é de 4% em 2000, 4,5% em 2001 e 5% em 2002 e 2003. Prevê ainda inflação decrescente – caindo de 6% em 2000 para 3% em 2003 – e relação estável entre a dívida pública e o PIB.

Superávit de R\$ 35,1 bi em 2001

A proposta orçamentária da União para 2001 deve garantir R\$ 35,1 bilhões de superávit primário, que é o saldo de caixa do governo, excluído o pagamento de juros da dívida. Desse total, R\$ 33,8 bilhões virão dos orçamentos fiscal e da seguridade social e R\$ 1,3 bilhão do orçamento das empresas estatais.

A meta global de superávit pode ser obtida por meio de compensação entre os objetivos estipulados para o orçamento fiscal e para o das estatais. Ou seja, se o superávit no segundo caso for maior do que o previsto, o resultado no primeiro poderá ser um pouco menor do que o estabelecido.

O projeto de Orçamento para 2001 conterà uma estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado – entre as quais estão o pagamento de benefícios previdenciários e o de vencimentos de

servidores públicos. Ao definir a margem de expansão, o governo dirá em quanto aceita aumentar essas despesas, em termos reais.

O eventual contingenciamento de verbas públicas no próximo ano será repartido de forma proporcional entre os três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas os cortes serão diferenciados por natureza de despesa. Os investimentos poderão ter uma margem de contingenciamento diferente da adotada para as despesas de custeio.

No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde recursos pelo menos equivalentes aos fixados no Orçamento de 2000.

O processo de elaboração e votação do Orçamento de 2001 será amplamente divulgado pela Internet, para torná-lo mais transparente à opinião pública.

PROPOSTAS COMO A DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DA CRIAÇÃO DO FUST FORAM APROVADAS DEPOIS DE PROLONGADOS DEBATES NA CAE



Aviação civil e guerra fiscal são destaque em audiências

O setor de aviação civil teve especial atenção da CAE neste semestre. Primeiro, o presidente da Transbrasil, Paulo Enrique Coco, pediu que o governo reavaliasse a presença de empresas estrangeiras no Brasil. Pouco depois, o então presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner de Oliveira, defendeu a criação da Agência Nacional de Aviação.

Em outra audiência, o diretor do Departamento de Aviação Civil (DAC), brigadeiro Venâncio Grossi, o presidente da Empresa de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Francisco Perrone, e os presidentes da Varig, Ozires Silva, e da TAM, Rolim Amaro, falaram sobre a situação das empresas de aviação comercial no Brasil. Também o presidente da Embraer, Maurício Botelho, e o comandante da Aeronáutica, Carlos Baptista, compareceram a audiência pública na comissão, para falarem sobre a possibilidade de transferência do controle da Embraer a um consórcio de empresas francesas.

O governador de São Paulo, Mário Covas, foi à comissão falar sobre as consequências da guerra fiscal, enquanto o prefeito da capital, Celso Pitta, esteve no Senado para explicar os precatórios judiciais emitidos pela prefeitura, pouco depois de ter sido denunciado pela ex-mulher, Nicéa, por envolvimento com corrupção.

Também compareceram a audiências na CAE o então presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Andrea Calabi, falando sobre desigualdades regionais na aplicação de recursos da instituição; o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, sobre o não envio ao Senado Federal do termo aditivo do contrato de refinanciamento da dívida mobiliária de Pernambuco; e o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, acompanhado pelo secretário-executivo

do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, ambos falando sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outros a comparecerem à reunião foram o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, para explicar a venda de ações excedentes ao mínimo necessário para manter com a União o controle da empresa. Proposta para proibir a venda, de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), foi mais tarde rejeitada pela CAE, apesar do parecer favorável do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

Por fim, esteve na comissão o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, para explicar operações de antecipação de *royalties* entre Ser-



Propostas de interesse de estados e municípios mereceram exaustivos debates na CAE

Em 34 reuniões, a CAE apreciou 86 matérias

No encerramento da última reunião do semestre da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), seu presidente, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), anunciou, ao completar um ano no comando dos trabalhos, a realização de 92 reuniões no período — 40 a mais do que o máximo alcançado anteriormente em 12 meses. Apenas neste semestre, foram 34 reuniões, entre ordinárias e extraordinárias, em que foram apreciadas 86 matérias (*ver quadro*).

Entre os itens mais importantes examinados pela comissão está o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que deverá arrecadar mais de R\$ 700 milhões anuais para investimento em localidades com poucos habitantes. O relator da matéria foi o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Outra proposição que gerou muitos debates foi o projeto de resolução do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sobre antecipações, a estados e municípios, de receitas originadas de *royalties* de petróleo e gás natural, recursos hídricos e minerais localizados em seus territórios, desde que dentro do período de governo dos seus mandatários. A matéria foi aprovada na forma de substitutivo apresentado pelo senador Os-

mar Dias (PSDB-PR).

Provocaram também muita discussão as alterações propostas para a chamada Lei Kandir. O projeto aprovado na CAE, a partir de parecer favorável do relator, senador José Alencar (PMDB-MG), cria um “seguro-receita” para estados que têm base produtiva fortemente destinada à exportação, prejudicados pela desoneração causada por aquela lei.

Outra matéria de destaque foi o projeto de lei complementar que institui normas para a gestão das finanças públicas — a Lei de Responsabilidade Fiscal. A matéria, que promete acabar com administrações públicas perdulárias, foi relatada na CAE pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Também o refinanciamento da dívida do município de São Paulo gerou muita discussão na CAE. A matéria teve parecer favorável do senador Romero Jucá (PSDB-RR). A CAE aprovou também o refinanciamento de títulos emitidos para pagamento de precatórios de Campinas, Osasco, Guarulhos, Alagoas e Santa Catarina.

A comissão acolheu ainda o projeto de lei do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que institui mecanismos para resguardar os contribuintes em sua relação com o fisco. O relator da matéria foi o senador Edison Lobão (PFL-

MA), que também deu parecer favorável ao projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que proíbe a comercialização, no Brasil, de cigarros e cervejas em lata produzidos para exportação.

Deve ser também destacada a aprovação de parecer favorável ao projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que regulamenta o acesso de instituições públicas e entidades civis ao Sistema Integrado de Administração Financeira. A proposta foi relatada pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). Outra matéria examinada e aprovada foi o projeto de lei complementar, sugerido pela CPI dos Bancos, que regulamenta o funcionamento de um Sistema Central de Risco de Crédito no Banco Central.

Ao final do semestre, a CAE aprovou pareceres favoráveis para cinco projetos de incentivo ao desenvolvimento de pesquisa e tecnologia, específicos para os setores universitário, elétrico, mineral, espacial e de transportes terrestres.

A CAE colaborou ainda para o reaparelhamento da Polícia Federal, ao aprovar pareceres favoráveis a dois empréstimos de US\$ 212 milhões destinados ao órgão, relatados pelos senadores Romero Jucá e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Os números da CAE	
Reuniões realizadas	
Ordinárias	16
Extraordinárias	15
Conjuntas	03
Total	34
Pareceres	
Pela aprovação	17
Terminativos	04
Pela rejeição	08
Pela prejudicialidade	01
Por audiência da CCJ	05
Pelo arquivamento	02
Aprovado nos termos do PRS	42
Aprovado nos termos do PDS	01
Aprovação de autoridades	05
Contrário a emendas de plenário	01
Por orientação a seguir	01
Nos termos do substitutivo	03
Total	86

gipe e a Petrobras e o estado do Paraná e a Itaipu Binacional.

INDICAÇÕES

A CAE aprovou, no primeiro semestre, a indicação do desembargador aposentado João Grandino Rosas para presidir o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Também foram aprovadas as indicações de três conselheiros, os professores Affonso Arinos de Mello Franco Neto, Celso Fernandes Campilongo e Thompson Almeida Andrade.

Em meio a muita polêmica, a comissão aprovou o nome de Tereza Cristina Grossi Togni para chefiar o Diretoria de Fiscalização do Banco Central.



ENTRE OS PROJETOS APROVADOS PELA COMISSÃO DE ORÇAMENTO NO PRIMEIRO SEMESTRE, DESTACAM-SE A LDO PARA O PRÓXIMO ANO E O PLANO PLURIANUAL

LDO prevê aumento real do salário mínimo em 2001

O aumento real do salário mínimo e das despesas do governo na área de saúde está previsto no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2001, aprovado na última quarta-feira pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A proposta, acolhida poucas horas depois pelo Plenário do Congresso Nacional, estabelece ainda que deve haver, no próximo ano, superávit nas contas públicas equivalente a 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB).

A LDO vai orientar a elaboração do Orçamento Geral da União de 2001, que começará a ser debatido no Congresso a partir de setembro. A proposta orçamentária a ser enviada pelo governo até 31 de agosto deverá levar em conta as diretrizes de longo prazo estabelecidas em outro projeto aprovado no primeiro semestre pela comissão: o Plano Plurianual (PPA) para o período 2000-2003, que também orientou o texto da LDO.

De acordo com as diretrizes acolhidas pelos parlamentares para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o governo deverá incluir na proposta orçamentária de 2001 a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. O projeto original previa crescimento zero para essas despesas, que incluem o pagamento de benefícios previdenciários e gastos com pessoal. Do aumento dessa margem dependerá a dimensão do reajuste do salário mínimo, que tem relação direta com o desempenho da Previdência Social.

Os gastos com o setor de saúde em 2001 deverão ser, ainda segundo o projeto aprovado da LDO, equivalentes aos de 1999, ampliados pelo crescimento nominal do PIB de 2000 e acrescidos de 5%. Dessa forma, o projeto se compatibilizou com proposta de emenda constitucional que tramita no Senado — já aprovada em primeiro turno — prevendo patamares mínimos de aplicação de recursos em saúde pela União, estados e municípios. O entendimento firmado entre os líderes partidários para a aprovação da LDO deixou também aberta a possibilidade de concessão, pelo governo, de reajuste salarial aos servidores públicos no próximo ano.



A Comissão Mista de Orçamento também incluiu no texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias a possibilidade de reajuste salarial aos servidores públicos

MUDANÇAS DO RELATOR

Como aumentaram as dotações de algumas áreas, segundo o texto aprovado pela comissão

R\$ 21,78 bilhões

Foi o quanto a proposta do relator Renato Vianna acrescentou aos gastos previstos no PPA

Corredor Mercosul	
Original	R\$ 178,7 milhões
Aprovado	R\$ 430,8 milhões
Corredor Nordeste	
Original	R\$ 599,7 milhões
Aprovado	R\$ 873,7 milhões
Irrigação e drenagem	
Original	R\$ 733 milhões
Aprovado	R\$ 3,8 bilhões
Renda mínima (educação)	
Original	R\$ 800 milhões
Aprovado	R\$ 1,68 bilhão
Rodoanel de São Paulo	
Original	R\$ 430 milhões
Aprovado	R\$ 668,1 milhões
Turismo no Nordeste	
Original	R\$ 131,5 milhões
Aprovado	R\$ 182 milhões
Gastos totais	
Original	R\$1,113 trilhão
Aprovado	R\$1,135 trilhão

PPA também foi aprovado

As áreas de infra-estrutura, irrigação, meio ambiente, esportes e turismo são as mais beneficiadas pelo Plano Plurianual (PPA), aprovado em junho pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e pelo Congresso Nacional. Esses setores receberão boa parte dos R\$ 21,78 bilhões acrescentados pelos parlamentares ao valor inicialmente estipulado pelo governo para os próximos três anos e meio.

Atendendo a proposta do relator, deputado Renato Vianna (PMDB-SC), os parlamentares aprovaram a destinação de R\$ 632 milhões adicionais ao Programa de Renda Mínima do governo federal. A dotação desse programa, que inicialmente era de R\$ 800 milhões, já havia sido dobrada pelo relator e atingiu o montante de R\$ 2,23 bilhões.

O relator acatou ainda emenda destinando R\$ 32 milhões adicionais ao Rodoanel de São Paulo, que já tivera ampliada sua dotação original de R\$ 430 milhões para R\$ 668,1 milhões. Vianna também incluiu no texto aprovado o aumento de dotação para obras de infra-estrutura que compõem os principais eixos de desenvolvimento definidos pelo Plano Plurianual. A adequação de trechos

rodoviários no Corredor Nordeste, que receberia R\$ 599,7 milhões, deverá ter R\$ 873,7 milhões. No Corredor Mercosul, a dotação para construção de trechos rodoviários saltou de R\$ 178,7 milhões para R\$ 430,8 milhões.

ORÇAMENTO

Em abril, a Comissão de Orçamento da União para 2000. O ministério mais beneficiado com as alterações feitas pelos parlamentares no texto original foi o dos Transportes. As dotações para a pasta subiram 36,7%. Somente os investimentos na construção e recuperação de rodovias passaram de R\$ 2 bilhões para R\$ 3,6 bilhões, um crescimento de 80%.

O segundo ministério mais beneficiado com as emendas dos parlamentares foi o da Integração Nacional, cuja ação é direcionada principalmente ao Nordeste, com projetos de irrigação, cujos recursos tiveram acréscimo de 31,5%. Também beneficiaram-se os ministérios da Agricultura e Abastecimento, com crescimento de 6,9% do Orçamento; da Saúde, com 3,7%; do Meio Ambiente, com 1,4%; e da Educação, com 2%.

A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO REALIZOU TODAS AS REUNIÕES CONVOCADAS NO PRIMEIRO SEMESTRE. A DE INFRA-ESTRUTURA PRIORIZOU O DEBATE SOBRE O DESASTRE AMBIENTAL NO RIO DE JANEIRO



Freitas Neto: a Comissão de Educação está preocupada com a busca de soluções para os problemas nacionais

Comissão de Educação apreciou 195 matérias no primeiro semestre

O presidente da Comissão de Educação, senador Freitas Neto (PFL-PI), considerou "altamente positivo" o resultado dos trabalhos realizados pelo colegiado durante o primeiro semestre legislativo deste ano. Ele destacou a apresentação e o exame de um total de 195 matérias, em 18 reuniões, e a aprovação de propostas como a que dispõe sobre a obrigatoriedade de transmissão, pelas prestadoras de serviços de televisão por assinatura, do sinal da TV Senado e da TV Câmara. A proposta é de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Segundo Freitas Neto, a comissão realizou todas as reuniões semanais que foram convocadas durante o semestre. À CE compete opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desporto, além de comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão e

informática, entre outros temas.

— Através do trabalho dos seus membros e do conteúdo dos projetos e pareceres apresentados, a Comissão de Educação pretende estar contribuindo, efetivamente, para que sejam encontradas soluções para os graves problemas nacionais, especialmente no que se refere à educação no Brasil — disse Freitas Neto.

Constam entre as matérias aprovadas no primeiro semestre do ano a regulamentação do exercício profissional da acupuntura, relatada favoravelmente pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC), e a instituição do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que teve parecer favorável da senadora Marina Silva (PT-AC). Também foi aprovado pelo colegiado o projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que estabelece descontos para músicos — estudantes e

profissionais — no valor do ingresso em espetáculos musicais.

Entre as propostas que deverão ser discutidas pela comissão a partir de agosto estão o projeto que institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o ao atleta profissional, e o que trata da prevenção e repressão ao tráfico ilícito e ao uso indevido de entorpecentes e drogas afins.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ), relator da proposta sobre combate a drogas, solicitou na última reunião da CE que, antes de apresentar seu substitutivo, a comissão aprofunde a discussão sobre o tema. Ele lembrou que existem especialmente duas linhas de pensamento sobre a melhor maneira de tratar o usuário e o traficante de drogas. O senador deve propor que o usuário seja tratado como paciente e mais rigor contra o traficante.

Vazamento de óleo na baía de Guanabara foi tema na CI

O vazamento de óleo ocorrido na Refinaria Duque de Caxias, atingindo a baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, fez parte da preocupação central dos membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) no primeiro semestre do ano. Assim que o acidente ocorreu, os senadores marcaram audiência pública, com a presença, entre outros, do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, que prestou esclarecimentos sobre o assunto.

A comissão, presidida pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS), organizou três audiências sobre o tema, concluindo pela criação de subcomissão com o objetivo de apurar as causas e consequências do desastre ambiental, além de discutir a poluição por resíduos tóxicos no Porto de Vitória (ES). A subcomissão, por sua vez, fez duas audiências públicas e visitou os locais atingidos, entrevistando autoridades e perso-

nalidades ligadas ao meio ambiente e está elaborando seu relatório final. A subcomissão é presidida pelo senador Geraldo Lessa (PSDB-AL), tendo como relator o senador Geraldo Cândido (PT-RJ).

Outros dois temas que preocuparam os senadores da comissão foram a atual situação das empresas aéreas e o programa de privatização das rodovias, notadamente a cobrança de pedágio. A CI realizou duas audiências em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para debater os temas.

Além das audiências, a comissão realizou dez reuniões, em que foram apreciados dez projetos. Nove deles foram aprovados e um rejeitado, sendo dois projetos de lei do Senado, sete projetos de lei da Câmara e uma mensagem. Os parlamentares se manifestaram também pela aprovação de 12 requerimentos.



O acidente ocorrido na Refinaria Duque de Caxias, da Petrobras, foi tema de três audiências públicas, inclusive com o presidente da empresa

ACM quer esforço concentrado de votações no segundo semestre

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ressaltou a importância de o Senado realizar um esforço concentrado antes das eleições de outubro próximo. Segundo ele, a Casa votou todas as matérias da pauta no primeiro semestre, e

deverá esgotar o exame do máximo de proposições possíveis obedecendo a um calendário que prevê votações nas duas primeiras semanas de agosto e na segunda semana de setembro. Após o período eleitoral, as atividades legislativas retomam sua

normalidade, ressaltou o senador.

Antonio Carlos frisou a relevância das matérias votadas no primeiro semestre, lembrando que propostas polêmicas como o fundo de combate à pobreza e a Desvinculação de Receitas da

União (DRU), entre outras, foram discutidas e votadas antes das previsões dos parlamentares e do próprio governo federal.

O Senado prepara-se para deliberar no segundo semestre sobre a reforma do Judiciário, recém-aprovada pela Câmara dos

Deputados. Uma das principais inovações da proposta é o Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável pelo controle externo do Judiciário. Essa iniciativa também fez parte do relatório da CPI do Judiciário, elaborada pelo senador Paulo Souto (PFL-BA).



SEMESTRE FOI DE MUITO TRABALHO PARA A COMISSÃO, QUE SE REUNIU 29 VEZES E APROVOU 12 PROJETOS DE LEI DO SENADO EM CARÁTER TERMINATIVO

CCJ analisou 65 pareceres e aprovou 12 projetos

A negociação de um substitutivo às duas propostas de emenda à Constituição (PEC) que criam o Fundo de Combate à Pobreza – já aprovado pelo Plenário – foi um dos destaques da atuação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no primeiro semestre de 2000. Sob a presidência do senador José Agripino (PFL-RN), a CCJ enviou ao Plenário um texto final sobre a matéria, fruto do trabalho do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que incluiu a proposta feita inicialmente pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA); e a proposta da comissão mista que analisou soluções para a erradicação da miséria no país, além de sugestões do Ministério da Fazenda.

Nas 29 reuniões que realizou de fevereiro a junho, a CCJ aprovou 12 projetos de lei do Senado em caráter terminativo, além de analisar 65 pareceres, 42 dos quais favoráveis às respectivas matérias. Propostas que consolidam as reformas administrativa, política, do Judiciário e da Previdência, além do projeto de lei que deu origem à Lei de Responsabilidade Fiscal, foram debatidas na comissão, que analisa as matérias sob o ponto



Propostas que consolidam reformas foram debatidas pela CCJ no primeiro semestre

de vista de sua legalidade e constitucionalidade.

A segurança pública também foi tema da CCJ neste semestre. Após vários debates, a comissão aprovou parecer do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) a três projetos que limitam a venda de armas de fogo. Outra proposta de ampla repercussão que recebeu parecer favorável da CCJ foi o projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que limita a propaganda de ci-

garros e bebidas alcoólicas a ambientes fechados.

No que diz respeito à reforma administrativa, os membros da comissão deram o seu aval a dois projetos de lei do Executivo: o que possibilita que os servidores públicos sejam regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o que define as regras para a perda de cargo público por insuficiência de desempenho.

A reforma política também avançou na CCJ, que aprovou, em

caráter terminativo, dois projetos. Um deles permite a manifestação de apoio político em material impresso partidário no período anterior à campanha eleitoral e o outro institui sistema misto, de listas fechada e aberta, nas eleições para vereadores, deputados estaduais e federais.

A CCJ também debateu projeto de lei do relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), que define os crimes de responsabilidade dos magistrados.

Outra proposta que reestrutura o Judiciário discutida na comissão foi a PEC do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que institui o Conselho Nacional de Justiça. Ambas as matérias receberam relatório favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

No âmbito da Previdência, a CCJ aprovou pareceres favoráveis a duas propostas da Presidência da República, alterando o regime de previdência complementar e definindo a relação entre os governos, as empresas estatais e seus respectivos fundos de pensão.

No campo social, os senadores da CCJ aprovaram parecer favorável ao projeto de lei do governo federal que possibilita a criação de salários mínimos regionais. A PEC que fixa recursos mínimos para a saúde pública também precisou do aval da CCJ antes de ser aprovada em primeiro turno pelo Plenário.

Já em junho, em reunião extraordinária, a CCJ teve que se pronunciar, ao aprovar relatório do senador Romeu Tuma (PFL-SP), quanto à continuidade de tramitação do processo de cassação do ex-senador Luiz Estevão.

CPI quer desvendar ação das quadrilhas de roubo de cargas

“O maior desafio da CPI é alcançar os receptores das cargas roubadas, para assim interromper a ação de quadrilhas altamente sofisticadas”, afirma o senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da comissão mista parlamentar de inquérito que investiga o roubo de cargas transportadas em rodovias, ferrovias e vias fluviais em todo o país. Ele espera neste semestre visitar, juntamente com outros integrantes da CPI do Roubo de Cargas, os vários estados da Federação onde a ocorrência desse tipo de crime tem sido mais comum.

A CPI, que tem como relator o

deputado Oscar Andrade (PFL-RO), já colheu depoimentos de 24 pessoas, algumas delas ouvidas em sigilo. Além de empresários do ramo de transportes, em sua maioria representantes de associações de transportadoras, foram ouvidos os presidentes das principais corretoras de seguros do ramo de transportes de cargas, assim como o diretor da Polícia Rodoviária Federal, Álvaro Henrique Vianna Novaes, o diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, Genésio Bernardino de Souza, e o presidente do Instituto de Resseguros do Brasil. Em decorrência desses depoimentos, e tam-



A CPI do Roubo de Cargas, presidida por Romeu Tuma, ouviu 24 depoimentos no primeiro semestre e já tem vários outros previstos

bém de iniciativas de parlamentares, já foram quebrados os sigilos bancário, telefônico e fiscal de mais de 30 pessoas e empresas suspeitas de envolvimento com o crime organizado.

Entre os depoentes requeridos para este semestre, estão o ministro

da Justiça, José Gregori, o secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, José Paulo Bisol, e os presidentes da Confederação Nacional de Transportes, Clésio Andrade, e da Associação Brasileira de Transportes de Cargas. São aguardados também depoimentos de pes-



soas notoriamente envolvidas com o crime organizado, algumas delas já investigadas pela CPI do Narcotráfico, como o caminhoneiro José Méres, que está preso.

Instalada em 16 de maio deste ano, e com término previsto para o dia 8 de setembro, a CPI do Roubo de Cargas foi criada a partir do trabalho da CPI do Narcotráfico, que descobriu a relação existente entre o roubo de cargas, o narcotráfico e a lavagem de dinheiro. Atualmente, de acordo com informações levantadas por associações de empresas transportadoras de cargas, em todo o Brasil ocorrem mais de 4 mil roubos de caminhões por ano, com prejuízos da ordem de meio bilhão de reais.

NA CAS, QUESTÕES LIGADAS A EMPREGO E SALÁRIO DOMINARAM O SEMESTRE. A CRE REALIZOU AUDIÊNCIAS SOBRE TEMAS INTERNACIONAIS E A CFC ABORDOU A FUSÃO NO SETOR DE BEBIDAS



No primeiro semestre, 55 matérias foram aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais, inclusive a criação da Agência Nacional de Águas

Assuntos trabalhistas tiveram destaque na pauta da CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou neste primeiro semestre 55 matérias, a maioria projetos de lei e projetos de resolução. Entre os principais, estão o que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituírem pisos salariais regionais; o que estabelece a política de recursos humanos das agências reguladoras; o que cria a Agência Nacional de Águas; o que estende o salário-maternidade à trabalhadora autônoma; e o que prevê o estímulo ao primeiro emprego e ao emprego após os 40 anos de idade. De acordo com este projeto, as empresas que contratarem funcionários com mais de 40 anos terão redução de 50% nas contribuições compulsórias ao sistema Senai-Sesc-Senac-Sesi.

Foi também aprovado pela CAS projeto de lei que adia para dezembro a liberação dos preços dos derivados de petróleo. Outro projeto aprovado é o que equipara o peão de rodeio ao atleta profes-

sional. A Comissão de Assuntos Sociais tem como presidente o senador Osmar Dias (PSDB-PR) e como vice a senadora Heloísa Helena (PT-AL).

O projeto que autoriza os estados e o Distrito Federal a criarem seus próprios pisos salariais determina que os municípios terão que seguir o piso nacional. Os estados e o Distrito Federal só não poderão mudar seus próprios pisos no segundo semestre dos anos em que houver eleição para governador, deputados federais, estaduais e distritais (no caso do Distrito Federal).

A CAS aprovou também uma importante mudança na legislação trabalhista. O projeto estabelece que os processos que envolvem demissão por justa causa devem ter prioridade na pauta da Justiça do Trabalho. Nos casos de justa causa, o julgamento das ações não pode ultrapassar o prazo de 120 dias.

A comissão está debatendo ain-

da o projeto de lei que proíbe o uso de silicone líquido no organismo humano e cria normas para uso da prótese de silicone. O relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), pediu audiência pública para debater o projeto com médicos de várias especialidades. Uma das audiências já foi realizada.

Sebastião Rocha, que é médico, deve incluir em seu substitutivo a autorização para uso de silicone líquido, em pequenas quantidades, apenas em alguns casos graves de descolamento de retina. Também poderá ser admitido o uso do silicone líquido em dermatologia, desde que haja regulamentação pela Agência Nacional de Saúde. As próteses de silicone terão normas mais rígidas para utilização. O projeto deve ser votado em agosto.

A Comissão de Assuntos Sociais realizou também sete audiências públicas sobre os projetos mais polêmicos em análise, em que foram ouvidas 34 pessoas.

CFC promoveu audiência sobre fusão de cervejarias

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realizou duas reuniões durante o semestre, apreciando cinco requerimentos e cinco projetos, com pareceres pela aprovação. A comissão, que é presidida pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), organizou também uma audiência pública para ouvir esclarecimentos sobre a fusão de duas

empresas da área de bebidas, que levou à criação da AmBev.

Ao debate compareceram os membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) Hebe Romano, Marcelo Calliari e Ruy Santacruz, além do presidente Gesner Oliveira e do procurador-geral substituto, Dalton Soares.

CRE debate projetos que restringem comercialização e porte de armas de fogo

Os projetos que limitam a comercialização e o uso de armas de fogo mobilizaram os senadores integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) durante o primeiro semestre deste ano. O relator na comissão, senador Pedro Piva (PSDB-SP), apresentou substitutivo às propostas dos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Djálma Falcão (PMDB-AL), que abrem exceções à proibição.

Afirmando que a limitação total seria inconstitucional, Pedro Piva propôs permissões de porte a profissionais como policiais, militares e fiscais do Ibama. O substitutivo remete à regulamentação o registro, a posse e o porte de armas por atiradores, caçadores, colecionadores e habitantes de áreas rurais.

– Devemos refletir mais nitidamente sobre o milenar direito de legítima defesa – argumenta Piva. Com a apreciação deste e de outros temas, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), encerrou o primeiro semestre de 2000 registrando a aprovação de 36 matérias, entre elas a indicação de 16 embaixadores.

Os senadores também realizaram audiências públicas para esclarecer o posicionamento do Brasil em relação às eleições no Peru e na Venezuela, o estado de guerra civil na Colômbia, o regime ditatorial no Suriname, as pressões pela dolarização no Equador, na Argentina e na Bolívia e o crescimento das facções de extrema direita no mundo.

A CRE aprovou ainda 18 acordos internacionais em áreas como a cooperação na pesquisa e no uso do espaço exterior para fins pacíficos, direito do mar, seqüestro e tomada de reféns, cooperação em segurança pública e isenção de vistos para diplomatas e turistas. Dentre os acordos aprovados, destacam-se a Convenção Interamericana contra a Corrupção e a Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros.



A Comissão de Relações Exteriores aprovou no semestre passado 36 matérias, incluindo a indicação de 16 embaixadores



OS LÍDERES DO PMDB, DO PSDB E DO PTB DESTACAM ASPECTOS DIFERENTES, MAS CONCORDAM QUE O PRIMEIRO SEMESTRE FOI MARCADO POR DELIBERAÇÕES IMPORTANTES



Machado ressalta o esforço feito pela bancada do Ceará para levar recursos para obras e investimentos no estado

Sérgio Machado diz que Congresso teve um dos períodos "mais férteis"

Ao fazer um balanço das atividades legislativas no primeiro semestre de 2000, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) afirmou que o Congresso Nacional viveu um dos períodos "mais férteis de toda sua história". Conforme o parlamentar, que é líder do PSDB e coordenador da bancada cearense no Senado, muitas das proposições aprovadas nos últimos meses vão beneficiar todas as unidades da Federação, sobretudo o seu estado.

De acordo com Sérgio Machado, as emendas feitas pela bancada federal cearense à proposta orçamentária deste ano vão proporcionar mais recursos para projetos nas áreas social, de infra-estrutura, educação e transportes no estado. Ele informou que o Ceará está recebendo investimentos de cerca de R\$ 500 milhões do Orçamento, R\$ 42 milhões a mais do que estava previsto pelo Executivo, ficando o estado em segundo lugar no Nordeste em volume de recursos, logo depois da Bahia.

O senador acrescentou que o Ceará e o Nordeste também vão receber mais recursos para obras de infra-estrutura decorrentes do Plano Plurianual. Segundo ele, a bancada federal conseguiu incluir oito emendas que vão se traduzir em R\$ 128,5 milhões para serem alocados na região em ciência e tecnologia, construção de centros para recuperação de menores no estado, revitalização da cultura do algodão, infra-estrutura hídrica de Fortaleza e estímulo da pesca, piscicultura e aqüicultura no Nordeste.

Sérgio Machado também destacou sua atuação na tramitação da reforma política, de cuja comissão especial foi relator. De acordo com o parlamentar, a idéia central da reforma é tornar o processo político "mais transparente, participativo e menos patrimonialista". À exceção da parte que trata do financiamento público das campanhas e das regras da fidelidade partidária, o texto da reforma já foi aprovado e se encontra na Câmara dos Deputados.



Jader acredita que o Congresso, no segundo semestre, poderá conciliar suas atividades com as eleições municipais

Para Jader, responsabilidade fiscal e PEC da saúde foram pontos altos

O presidente e líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), apontou a emenda constitucional que garante a aplicação mínima de recursos na saúde e a Lei de Responsabilidade Fiscal como os pontos altos do trabalho do Senado no primeiro semestre. Jader acha que o Congresso poderá, no segundo semestre, conciliar suas atividades com as eleições municipais de outubro, de forma a cumprir uma agenda a ser definida entre os partidos.

O líder do PMDB acredita que a chamada PEC da saúde permitirá melhorar o atendimento médico, principalmente para as camadas mais pobres da população.

— Essa emenda constitucional tem uma importância maior pelo fato de que nossa sociedade apresenta um perfil de distribuição de renda perverso. Com ela, será possível implantar medidas compensatórias, porque haverá disponibilidade de recursos exclusivos para atender às necessidades de saúde da população que usa o sistema público — disse o senador.

No caso da Lei de Responsabilidade Fis-

cal, Jader destacou a importância do estabelecimento de novos parâmetros para disciplinar o trato do dinheiro público e conter os gastos exagerados dos maus administradores.

O senador avaliou como esgotado, para o Senado Federal, o episódio da cassação do mandato do ex-senador Luiz Estevão, afirmando que, como integrante da Casa, não cabe a ele questionar a decisão da maioria que se convenceu da culpabilidade do ex-senador.

Jader disse que a eleição para a presidência da Câmara e do Senado é assunto que só deverá ser tratado no final deste ano, mas adiantou que seu partido não abrirá mão de uma das duas presidências. "Pode haver um acordo, mas o PMDB, que integra a base do governo, tem um espaço político de que não vai abdicar." Ele não quis, no entanto, antecipar nomes, afirmando que a decisão dependerá do próprio partido, que elegerá um nome dentro da bancada, e de entendimentos interpartidários.

Meta é desenvolvimento com justiça social, afirma Porto

Na avaliação do líder do PTB, senador Arlindo Porto (MG), uma preocupação fundamental esteve por trás das atividades dos senadores durante o primeiro semestre. Segundo ele, o Senado "procurou aprovar a legislação necessária para modernizar o país e criar as condições de retomar o desenvolvimento com mais justiça social". Ele prevê que, no esforço concentrado previsto para agosto e setembro do próximo semestre, as discussões serão centralizadas na reforma tributária, para desonerar a produção e o consumo e viabilizar a abertura de novos postos de trabalho. A pauta de votações do Senado no

primeiro semestre foi extensa, mas plenamente cumprida, disse, o que incluiu uma apreciação aprofundada da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), votada no prazo constitucional. Na opinião de Arlindo Porto, as decisões tomadas no semestre foram difíceis, "mas sob o comando de Antonio Carlos Magalhães tiveram o apoio incontestado dos senadores e também o apoio popular". Para o líder do PTB, o fato de os brasileiros terem podido acompanhar as atividades legislativas pelos órgãos de divulgação do Senado — TV, agência, rádio e jornal — permitiu que os trabalhos desenvolvidos ao longo do semestre "fossem avaliados e aprovados".



Na opinião de Arlindo Porto, o Senado teve uma pauta extensa e tomou decisões difíceis, mas contou com "apoio popular"

LÍDERES DO BLOCO OPOSIÇÃO, DO PPB
E DO PFL APRESENTAM OS TEMAS QUE
JULGAM MAIS IMPORTANTES NAS ATIVIDADES
LEGISLATIVAS DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE



Heloísa quer manter luta contra “devastação social”

A líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), disse que a oposição continuará lutando, até o fim do ano, contra a devastação social que, segundo ela, a política econômica e social do governo Fernando Henrique Cardoso está promovendo no país. Ao fazer um balanço da atuação do bloco e do PT, Heloísa Helena reiterou as críticas ao governo federal feitas ao tomar posse como líder, em fevereiro deste ano, principalmente pelo que considera subserviência às imposições do Fundo Monetário Internacional e do sistema financeiro globalizado.

A senadora criticou a “prioridade absoluta” que, segundo ela, o governo Fernando Henrique Cardoso atribui ao pagamento da dívida pública, “apesar dos graves

problemas sociais” que acarreta. Heloísa também condenou o que considera falta de coragem do governo para debater seriamente a reforma tributária, tendo optado pela proposta de Desvinculação das Receitas da União (DRU) e da Lei de Responsabilidade Fiscal

(LRF), para centralizar recursos nas mãos do executivo federal. Foi para preservar os estados e as políticas sociais que Heloísa Helena defendeu modificações na proposta de LRF do governo. A seu ver, o projeto deveria ter fixado



Heloísa Helena promete manter vigilância sobre programa de privatização

percentuais máximos para o pagamento dos juros da dívida dos estados, o que não ocorreu, e retirou prerrogativas constitucionais do Senado.

Não contente com o endividamento do país, prosseguiu a senadora, o governo tem submetido ao Legislativo uma série de pedidos de novos empréstimos externos, aprofundando os elos de dependência do país em relação à “agiotagem internacional”.

Heloísa Helena também garante que o Bloco Oposição vai man-

ter a vigilância sobre as privatizações. No primeiro semestre, lembrou a senadora, o Senado aprovou dois empréstimos da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) que, segundo ela, deverão servir para criar as condições para privatizar a empresa. Para o próximo período de atividades legislativas, a senadora destacou a importância de rejeitar a privatização de hidrelétricas, como pretende o governo, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O controle das fontes de água será, a seu ver, o maior problema do século XXI, e a privatização de hidrelétricas, nesse quadro, seria uma “irresponsabilidade”.

O combate a todas as formas de

corrupção com recursos públicos é outra prioridade que será mantida pelo Bloco Oposição, segundo a senadora. Os desdobramentos, na Justiça, dos processos que resultaram da operação de salvamento dos bancos Marka e FonteCindam, deram razão à recusa oposicionista de sabatinar Tereza Grossi, quando de sua indicação pelo presidente da República para assumir a Diretoria de Fiscalização do Banco Central, disse. Heloísa lembrou que o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) chegou a apresentar requerimento para que o Senado só sabatinasse a indicada após as conclusões das ações judiciais por improbidade administrativa, movidas pelo Ministério Público, contra Tereza Grossi.

PPA é a matéria mais importante, diz Quintanilha

O Plano Plurianual de Investimentos (PPA) do governo federal foi destacado pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) como uma das mais importantes matérias da extensa pauta aprovada pelo Congresso no primeiro semestre, pelo impacto nos rumos do de-



Quintanilha: interiorização do desenvolvimento será consolidada

seenvolvimento do país. Vários programas integrantes do PPA, segundo o senador, prevêm que a interiorização do desenvolvimento buscada pelos parlamentares das regiões Centro-Oeste e Norte será consolidada nos próximos anos.

O Plano Plurianual é o programa de investimentos e prioridades do governo para os próximos quatro anos. Segundo o senador, a adoção de um sistema multimodal de transportes e o fornecimento de energia, que estão entre os principais entraves ao crescimento econômico do Centro-Oeste, explicam por que as lideranças políticas de seu estado estão integradas com o governo federal. A Hidrovia Araguaia-Tocantins, a Ferrovia Norte-Sul, a

duplicação do linhão Norte-Sul de energia elétrica, projetos de irrigação e desenvolvimento da pesca e do turismo estão incluídos no PPA e, na sua opinião, beneficiarão não apenas o Tocantins, mas todo o país.

A participação dos parlamentares no exame do PPA foi positiva para a maioria da população dos estados que serão beneficiados pelos programas federais de investimento em infra-estrutura, disse Leomar Quintanilha. No caso do Tocantins, “um estado mediterrâneo”, os investimentos significarão redução de custos e maior competitividade para seus produtos agropecuários nos mercados nacional e internacional.

Para o próximo semestre, Quintanilha prevê um aprofundamento das discussões em torno da reforma tributária. Após as eleições, a votação da Lei Orçamentária Anual para 2001 deverá ocupar a atenção dos parlamentares, para assegurar a implantação progressiva dos programas de investimentos inscritos no PPA.

Napoleão destaca emenda sobre verbas para a saúde e responsabilidade fiscal

O líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PFL-PI), ressaltou o trabalho intenso dos senadores durante o primeiro semestre legislativo. Ele avalia que no período foram aprovadas melhorias substanciais na vida do cidadão brasileiro, entre elas a vinculação de verbas federais, estaduais e municipais para o setor de saúde e a lei de responsabilidade fiscal, com parâmetros para exigir deveres mais rígidos dos homens públicos em relação a gastos governamentais.

Na avaliação de Napoleão, durante o segundo semestre as atenções dos políticos estarão voltadas para as eleições municipais. “Teremos duas semanas de trabalhos deliberativos durante agosto e uma semana no mês de setembro. Somente depois das eleições, o Senado voltará a trabalhar em tempo integral para apreciar a reforma do Judiciário e a reforma política. Também a reforma tributária, quando a Câmara terminar suas votações”, disse.

Como líder do PFL, Napoleão garantiu serem “excelentes” as



Napoleão ressaltou o trabalho intenso dos senadores durante o primeiro semestre legislativo

perspectivas eleitorais do partido, em outubro. Ele lembrou que o PFL, além de ser o maior partido na Câmara dos Deputados e o segundo no Senado, tem enorme capilaridade, com 1.000 prefeitos, 20 mil vereadores e mais de três milhões de filiados. Por isso, sustenta, reúne condições para uma boa performance eleitoral. “No que diz respeito a capitais, Rio de Janeiro, Salvador e Recife representam vitórias quase certas”, observou.

CASSAÇÃO

O senador reconheceu que a cassação do mandato de Luiz Estevão representou um processo traumático para o Senado. Lembrando que a sessão secreta não

permite comentários, Napoleão disse não ser agradável julgar um colega, menos ainda puni-lo. “A sessão foi lúgubre, com a maior parte dos senadores estupefactos diante de uma situação inédita na história da Casa.”

Hugo Napoleão negou que a cassação do mandato de Estevão tenha mostrado a necessidade de se mudarem as regras de suplência dos senadores. Ele afirmou que raras vezes os suplentes assumem permanentemente os mandatos dos titulares. “Se formos mudar, o melhor seria adotar a regra do Senado norte-americano, que promove nova eleição direta e popular para preencher a vaga.”



HARTUNG, ARRUDA E SATURNINO FAZEM UM BALANÇO DAS ATIVIDADES DO SENADO E APONTAM AS PROPOSTAS QUE, NA AVALIAÇÃO DELES, MARCARAM OS TRABALHOS DA CASA

Criação de fundo contra pobreza foi o momento mais importante, diz Arruda

A aprovação da emenda constitucional que criou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi, na avaliação do líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), um dos momentos importantes protagonizados pelo Senado no primeiro semestre. Ele lembrou os debates que antecederam a aprovação da matéria, inclusive com a participação dos integrantes dos partidos de oposição.

– Foram criados recursos próprios, que, a partir do próximo ano, ficarão com utilização restrita a programas de erradicação da miséria no Brasil. Esse era um reclamo da sociedade organizada e foi um avanço importante, conseguido através da discussão e aprovação de uma proposta de emenda constitucional – registrou José Roberto Arruda.

O senador pelo Distrito Federal também destacou a aprovação de vários projetos de lei que regulamentam a reforma administrativa, possibilitando ao Estado brasileiro



Arruda destacou também a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal

uma estrutura mais moderna e ágil. Outros projetos citados por José Roberto Arruda dizem respeito à agricultura. Um deles define como deve ser feita a armazenagem dos produtos agropecuários e o outro classifica os produtos vegetais.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece limites na gestão dos municípios, estados e governo fe-

deral, foi incluída por José Roberto Arruda como uma das mais importantes matérias aprovadas pelo Senado no primeiro semestre deste ano. “O Senado também aprovou a DRU (Desvinculação de Receitas da União), que permite a continuidade do Plano Real”, destacou.

A criação da Agência Nacional de Águas (ANA), que terá a responsabilidade de gerenciar os recursos hídricos e determinar o uso múltiplo da água, também mereceu destaque especial de José Roberto Arruda. Ele opinou que finalmente a utilização da água será regulada sob a ótica do interesse público e da preservação dos mananciais hídricos.

– Podemos já projetar para os dois próximos anos um continuado e seguro crescimento da economia brasileira, agora com o Estado mais moderno e eficiente. Sem o Congresso Nacional, todas estas transformações não estariam sendo possíveis – observou o senador José Roberto Arruda.

Saturnino: Senado respondeu bem às exigências da opinião pública

O líder do PSB, senador Roberto Saturnino (RJ), classificou de “bastante produtivos” os trabalhos do Senado no primeiro semestre. Para ele, foram votadas matérias de extrema relevância para o país e que aguardavam deliberação há algum tempo. O senador citou a criação do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicação (Fust), que garante serviço telefônico às populações pobres, do meio rural, de regiões isoladas e às que habitam as periferias das grandes cidades.

A instalação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs), como a do Judiciário, que culminou com a cassação do mandato do ex-senador Luiz Estevão por quebra do decoro parlamentar, também mereceu destaque de Roberto Saturnino.

No seu entender, o Senado respondeu bem, no primeiro semestre deste ano, às exigências da opi-



Saturnino: criação do Fust foi uma das decisões importantes aprovadas pelo Senado

nião pública sobre as duas Casas do Parlamento. Observou também que o Senado melhorou à medida que o trabalho das comissões permanentes passou a ser mais valorizado. Alguns projetos, lembrou, têm decisão terminativa nas comissões, não requerendo votação em Plenário. Na opinião do parlamen-

tar, isso melhorou a produtividade, além de representar maior rapidez nas decisões.

Para o segundo semestre, Roberto Saturnino prevê que nos meses de agosto e, principalmente, em setembro os senadores estarão envolvidos com as campanhas visando às eleições municipais, o que, a seu ver, acarretará uma queda da produtividade. “Mas o fato deve ser encarado como um fenômeno natural das democracias, que têm que investir nas campanhas eleitorais e nas eleições”, avalia Saturnino.

Para o senador, somente a partir do dia 29 de outubro, quando será realizado o segundo turno das eleições municipais, é que o Senado retomará os trabalhos normais. A reforma tributária, que ele aponta como uma das mais importantes matérias da agenda, deverá ser aprovada ainda este ano, para que as novas regras entrem em vigor no ano que vem, avalia o líder do PSB.



Hartung criticou a falta de uma agenda do governo e do Congresso para o país

Hartung destaca a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal

A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal foi a mais importante iniciativa do Congresso Nacional nos primeiros seis meses do ano de 2000, na opinião do senador Paulo Hartung (ES), líder do PPS no Senado. O senador criticou, no entanto, a falta de uma agenda tanto do governo federal quanto do Congresso. “Depois da mudança cambial, o governo perdeu muito a liderança da agenda do Congresso e do país, e o Parlamento e os partidos não foram capazes de ocupar esse espaço”, acredita o senador. Entre os temas que deveriam constar da agenda do Congresso, para Hartung, estão a regulamentação de um novo sistema tributário e a aprovação da nova Lei das Sociedades Anônimas. “Uma comissão parlamentar de inquérito debateu o sistema financeiro e esse trabalho não se desdobrou em uma nova legislação. É preciso haver regras adequadas para as mudanças ocorridas no mercado”, disse.

Outros temas que deveriam estar na agenda do governo e do Congresso, na opinião do senador, são o saneamento básico, a violência e problemas

urbanos em geral, como transporte coletivo, urbanização de favelas e questão ambiental. “Cerca de 78% dos brasileiros vivem em cidades, e essa concentração se deu nos últimos 40 anos. Um terço da população habita 14 regiões urbanas, em um total de 50 milhões de pessoas”, afirmou. A cassação do então senador Luiz Estevão (PMDB-DF) foi destacada por Hartung como uma atitude importante e histórica da Casa, marcada anteriormente pelo corporativismo. “Foi a atitude correta, o que a opinião pública esperava”, comentou. Quanto ao PPS, o senador destacou o crescimento da bancada no ano 2000. Para o próximo semestre, Paulo Hartung vê como maior desafio não deixar o Congresso “de portas fechadas” por conta das eleições municipais. Para o senador, é possível organizar uma agenda dos temas mais importantes e adotar um esforço concentrado para que temas importantes possam ser votados. “Há muitos problemas no país e muitos deles precisam de novas leis”, afirmou.